



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho
Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto, Muzambinho / MG, CEP 37.890-000 - Fone: (35) 3571-5051

TERMORE 8/2020 - SCCC/CGAF-MUZ/MUZ-DAP/MUZ/IFSULDEMINAS

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO Nº 23/2020 (Tradicional)
Processo: 23346.000057.2020-55

1. OBJETO

1.1. Contratação de Seguro para a Frota de veículos oficiais pertencentes ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - Campus Muzambinho, por um período de 12 (doze) meses, com serviço de assistência 24 horas, contra colisão, incêndio e roubo, bem como, cobertura a terceiros contra danos materiais e danos pessoais, INCLUINDO, guincho sem limite de KM, bem como o transporte dos passageiros de acordo com a capacidade do veículo tanto para conclusão da viagem ou para o retorno para o IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO, conforme demanda especificada nesse Termo de Referência.

1.2. A demanda do Instituto tem como base 31 veículos elencados abaixo.

1.3. Relação dos veículos:

Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR DA FRANQUIA (MÁXIMO ACEITÁVEL)*	VALOR DE REFERÊNCIA (MÁXIMO ACEITÁVEL)
	1	Ônibus Mercedes O-362 40pas. 1976/ 1976 chassi 32142413023564 - gmf 2166	1	R\$ 2.287,50	R\$ 1.560,66
	2	Ônibus Mercedes O-362 40pas. 1976/ 1976 chassi 32142413023564 - gmf 2166	1	R\$ 3.555,00	R\$ 1.350,48
	3	ônibus Mercedes O-400 RS 48pas. 1995/1995 CHASSI 9BM664126SC081506 - gmf 1021	1	R\$ 4.042,50	R\$ 2.532,95
	4	VW Kombi 1.6 1994/1995 CHASSI 9BWZZZ23ZRP033043 - gmf 0926	1	R\$ 2.265,00	R\$ 1.153,55
	5	VW Parati 1.8 CL 1994/1995 9BWZZZ30ZRP276995 - gmf 0835	1	R\$ 2.233,50	R\$ 763,47
	6	Caminhão Ford Cargo 814 1999/1999 CHASSI 9BFV2UHG2XDB56657 gmf 2969	1	R\$ 4.852,50	R\$ 1.559,75
	7	Fiat Siena ELX 1.4 2009/2009 CHASSI 9BD17201M93488320 gmf 5750	1	R\$ 1.923,00	R\$ 1.011,77
	8	Fiat Linea HLX 1. 9 2009/2010 CHASSI 9BD110586A1515817 gmf 6179	1	R\$ 2.478,00	R\$ 1.050,20

1

9	Marcopolo Volare W8 28pas. 2010/2010 CHASSI 93PB12E3PAC032420 - gmf 6243	1	R\$ 5.368,50	R\$ 2.576,33
10	Mercedes Benz Sprinter 2009/2010 CHASSI 8AC904663AE028535 - gmf 6245	1	R\$ 4.728,75	R\$ 2.594,37
11	Mercedes Benz Sprinter 2009/2010 CHASSI 8AC904663AE029117 gmf 6246	1	R\$ 5.278,00	R\$ 2.792,70
12	Mascarello Gran Via Midi 46pas. 2010/2011 CHASSI 9532L82W5BR110679 - gmf 6603	1	R\$ 7.209,00	R\$ 3.523,26
13	GM S10 Cabine Dupla LT DD2 2013/2014 CHASSI 9BG148EK0EC426266 - gmf 7630	1	R\$ 4.387,50	R\$ 2.448,13
14	GM S10 Cabine Simples LT FS2 2013/2013 CHASSI 9BG144EP0DC491510 - gmf 7440	1	R\$ 4.074,00	R\$ 2.057,77
15	GM Cruze LT NB 2013/2013 CHASSI 9BGPB69M0DB352971 - gmf 7503	1	R\$ 2.521,50	R\$ 1.498,76
16	GM Cruze LT NB 2013/2014 CHASSI 9BGPB69M0EB138048 - gmf 7490	1	R\$ 2.521,50	R\$ 1.536,15
17	Doblo Essence 1.8 2014/2014 CHASSI 9BD119609E1121147 - gmf 7828	1	R\$ 2.883,00	R\$ 1.492,88
18	Doblo Essence 1.8 2014/2014 CHASSI 9BD119609E1119944 - gmf 7819	1	R\$ 2.883,00	R\$ 1.492,88
19	Doblo Ambulância 2014/2014 CHASSI 9BD223153E2037781 - gmf 7786	1	R\$ 4.221,00	R\$ 3.558,36
20	Caminhão VW 26-280 2013/2014 CHASSI 953658261ER419582 - gmf 7696	1	R\$ 7.831,50	R\$ 2.504,64
21	Marcopolo Volvo Paradiso 1200 G7 45pas. 2014/2014 CHASSI 9BVT2T122EE384148 gmf 7734	1	R\$ 27.569,25	R\$ 7.746,96
22	Spin 1.8L MT LT 2015/2016 CHASSI 9BGJB75E0GB148289 - gmf 8055	1	R\$ 2.505,00	R\$ 1.517,64
23	Spin 1.8L MT LT 2015/2016 CHASSI 9BGJB75E0GB147295 - gmf 8056	1	R\$ 2.505,00	R\$ 1.517,64
24	Spin 1.8L MT LT 2015/2016 CHASSI 9BGJB75E0GB143780 - gmf 8057	1	R\$ 2.505,00	R\$ 1.471,46
25	Spin 1.8L MT LT 2015/2016 CHASSI 9BGJB75E0GB146809 - gmf 8058	1	R\$ 2.505,00	R\$ 1.517,64
26	Fiat Linea HLX 1.9 2009/2010 CHASSI 9BD110586A1515800 - hlf 1939	1	R\$ 2.478,00	R\$ 1.050,20
	Micro Ônibus Iveco City Class 70C17 23pas.			

27	2013/2014 CHASSI 93ZL68C01E8455658 - gmf 7896	1	R\$ 5.926,50	R\$ 2.747,78
28	Mitsubishi L200 4X4 GL 2008/2009 CHASSI 93XGNK7409C851563 - gmf 5740	1	R\$ 4.920,0	R\$ 1.585,38
29	GM Vectra Sedan Elegance 2006/20007 chassi	1	R\$ 2.269,50	R\$ 1.087,69
30	VW/GOL 16V POWER 2002/2002 chassi 9BWCA05X02T118797 - JFP 4994	1	R\$ 2.013,00	R\$ 783,55
31	NISSAN FRONTIER 4X4 XE 2005/2005 chassi 94DCMUD225J630771 - DBS 0065	1	R\$ 4.090,50	R\$ 1.619,33
TOTAL ESTIMADO				R\$ 61.704,34

* Só serão aceitas proposta de franquias menores ou iguais aos valores de referência.

1.4 Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASGOVERNAMENTAIS, “SIASG” OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá, sempre, a descrição deste TERMO DE REFERÊNCIA.

1.5. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum por se tratar de contratação relacionada ao desempenho das atividades institucionais. Nesse caso, considerou-se as ações desenvolvidas pela Direção de Administração e Planejamento no intuito de preservar o patrimônio público, minimizando eventuais questões e ações de responsabilidade civil, bem como de obter boas práticas de administração de riscos institucionais.

1.6. O contrato terá vigência pelo período de 12 (DOZE) meses.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Quais os motivos que geraram a necessidade da aquisição ou contratação?

Assegurar a frota do campus Muzambinho bem como seus usuários e terceiros.

2.2 Quais os objetivos, metas e benefícios a serem atendidos?

Manter a frota apta para deslocamentos com segurança e manter a qualidade na prestação de serviços de deslocamento.

2.3 Justifique os quantitativos solicitados?

O quantitativo se justifica pois abrange os veículos que executam viagens externas, bem como deslocamentos mais complexos no transporte de passageiros e cargas.

2.4 Quais os impactos do não atendimento?

O campus ficará descoberto em caso de um eventual acidente, furto ou roubo, bem como cobrir eventualidades como pequenos acidentes e resguardar a instituição perante terceiros.

2.5 Foi considerado aspectos sustentáveis na solicitação? Quais?

Não se aplica aspectos sustentáveis nessa solicitação

2.6 Outras Observações

O agrupamento se dá pela razão da padronização dos itens individuais, visando o princípios da economicidade, visto que um único contrato proporcionaria benefícios consideráveis para administração, como economia dos recursos financeiros , recursos humanos e tempo. Além disso, o agrupamento ampliará a competitividade, pois os valores serão mais atraentes, fazendo aquisições mais vantajosas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, abrange a prestação do serviço de seguro veicular para evitar prejuízos e garantir cobertura contra terceiros.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2.Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3.A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário sendo iniciada a partir da aceitação da proposta, tendo a Contratada o prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato para efetuar a entrega das apólices à Pró-Reitoria de Administração.

5.2. Os serviços poderão ser recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

5.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação do IF do Sul de Minas - Campus Muzambinho à empresa sobre a sua recusa. Esgotado esse prazo, a contratada será considerada em atraso e sujeita às penalidades cabíveis.

5.4. Os serviços serão recebidos definitivamente em um prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante ateste da nota fiscal.

5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.7. A Contratada deverá executar os serviços utilizando-se de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários a perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

6.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato

6.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.4. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7. VISTORIA

7.1. Para um melhor dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria opcional dos veículos, nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim (responsável pelo Setor de Transportes), de segunda à sexta-feira, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:30 horas, devendo para tanto, o agendamento ser efetuado previamente.

Endereço: IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO

Estrada de Muzambinho KM 35 – Bairro Morro Preto – Muzambinho/MG – CEP: 37890-000

Setor de Transportes – tel: 35 3571 5103

7.2. O prazo para a vistoria é **opcional**, terá início no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

8. COBERTURA DO SEGURO

8.1. Prazo de cobertura: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

8.2. Cobertura do risco de veículos (casco) a preço de mercado referenciado com fator de ajuste de 100% (cem por cento) aplicado sobre a tabela de referência FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

8.3. Entende-se por fator de ajuste o percentual determinado pelo Segurado no ato da contratação do Seguro, a ser aplicado sobre a tabela de referência de cotação para o veículo quando da determinação do valor da indenização de perda total do veículo segurado, na data de liquidação do sinistro.

8.4. Em caso de ocorrência da extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, vigorará, automaticamente, outra tabela publicada em revistas ou jornais especializados e de grande circulação (ex: tabela da Molicar).

8.5. Danos materiais a veículos de terceiros (RCF), no valor mínimo de R\$ 100.000,00.

8.6. Danos corporais a terceiros no valor mínimo de R\$ 100.000,00.

8.7. Danos Morais: R\$ 20.000,00

8.8. Morte ou invalidez permanente por passageiros no valor mínimo de R\$ 20.000,00.

8.9 Despesas médicas Hospitalares: R\$ 20.000,00

8.10. As despesas com socorro, salvamento do veículo, chaveiro, borracheiro, quando necessárias, em consequência de um dos riscos cobertos (**assistência 24 horas**), INCLUINDO, guincho sem limite de KM, bem como o transporte dos passageiros de acordo com a capacidade do veículo tanto para conclusão da viagem ou para o retorno para o IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO.

8.11 Em casos de pane (avarias) nos veículos deverá haver cobertura total sem limite de quilometragem, incluindo serviço de reboque do veículo avariado e um veículo para conduzir os ocupantes do veículo avariado.

8.12. Substituição de vidros, lanternas, retrovisores e faróis isenta do pagamento de franquia, com proteção completa (vidros, faróis, lanternas e retrovisores) com substituição automática, sem custos ou ônus para o IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho

9. GARANTIAS DO SEGURO

9.1. Garantia a veículos terceiros (RCF) Danos materiais e corporais de terceiros; Garantia de Danos Materiais ao Veículo (DMV).

9.2. Garantia de indenização nos casos de Colisões em geral, abaloamento ou capotagem acidental.

9.3. Garantia de indenização nos casos de queda acidental de precipícios ou pontes.

9.4. Garantia de indenização nos casos de queda acidental sobre o veículo por qualquer agente que não faça parte integrante do mesmo ou não esteja nele afixado, como também, danos ao veículo consequentes de quedas transportadas pelo mesmo, desde que em decorrência de acidentes de viação, não estender como tal uma simples frenagem.

9.5. Garantia de indenização nos casos de explosão acidental, raio e suas consequências.

9.6. Garantia de indenização nos casos de acidente durante o transporte por qualquer meio apropriado.

9.7. Garantia de indenização nos casos de atos danosos praticados por terceiros.

9.8. Garantia de indenização nos casos de submersão parcial ou total de veículo em água doce proveniente de enxurradas, enchentes ou inundações, inclusive nos casos de veículos guardados em subsolo.

9.9. Garantia de indenização nos casos de granizo, furacão ou terremoto.

9.10. Garantia de indenização nos casos de furto ou roubo total do veículo.

9.11. Garantia de indenização nos casos de dano por tentativa ou decorrente de roubo ou furto.

9.12. Garantia de indenização nos casos de incêndio.

10. FRANQUIA E APÓLICE

10.1. O tipo de franquia será a normal obrigatória.

10.2. O perfil dos condutores é formado por motoristas terceirizados e servidores, devidamente habilitados, com autorização legal para conduzir veículos oficiais, devendo as propostas ser apresentadas sem as cláusulas de perfil do segurado.

10.3. A emissão da apólice será gratuita, não incorrendo qualquer tipo de custo para a Contratante.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, desde que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento dos serviços contratados.

13.2. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1.993.

13.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, tempestivamente, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

13.4. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

13.5. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

13.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

13.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A Contratante obriga-se a exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta.

14.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados

eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

14.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

14.5. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital de seus Anexos e deste Termo de Referência.

14.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

15. AVALIAÇÃO DO CUSTO

15.1. O custo estimado total da presente contratação é de **R\$ 61.704,34 (SESSENTA E UM MIL, SETECENTOS E QUATRO REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)**.

15.2. O custo estimado da contratação foi apurado mediante pesquisas de valores praticados no mercado.

15.3. Os valores tomados como referência para as coberturas foram fixados tendo como parâmetro as condições e importâncias contratadas para o mesmo objeto nos exercícios anteriores, tendo sido adotado o princípio da razoabilidade na proporção de 50% entre valores para RCF e APP.

15.4. Tendo sido verificado durante as pesquisas, nenhum indício de conluio entre as empresas realizadoras das cotações, entendendo que os preços coletados são aceitáveis e compatíveis, refletindo desta feita, os preços praticados no mercado.

16. PAGAMENTO

16.1. **O valor total do contrato será pago em 01 (uma) parcela iniciando a partir da emissão das apólices.**

16.2 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.3 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.7 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.7.1 o prazo de validade;

16.7.2 a data da emissão;

16.7.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

16.7.4 o período de prestação dos serviços;

16.7.5 o valor a pagar; e

16.7.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.9 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.9.1 não produziu os resultados acordados;

16.9.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.9.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.11 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.12 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.13 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.15 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão

contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.17 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.18 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.19 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.20 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) \quad I = 0,00016438$

TX = Percentual 365 da taxa anual = 6%

17. DO REAJUSTE

17.1 Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença

correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8 O reajuste será realizado por TERMO ADITIVO

18. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesas para execução do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos devidamente reservados para o atendimento da demanda, sendo:

Fonte – 08100000

PTRES - 170925

Natureza de Despesa - 339039

PI - V2ORLP01PSN

19. CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. O IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho deverá acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

19.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato

19.3. A fiscalização contratual dos serviços deverá seguir o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.

19.4. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.6. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

20. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

- 20.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- 20.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 20.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;
- 20.1.4. Cometer fraude fiscal;
- 20.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

20.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,03% (zero virgula zero três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (Trinta) dias;

b.2. compensatória de até de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

b.2.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - Campus Muzambinho, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

20.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

20.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

20.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (Dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação formalizada pela autoridade competente.

20.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

20.9. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

21. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

21.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenação Geral de Infraestrutura e Serviços, auxiliado pela “Setor de Compras, Contratos e Convênios”, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e aprovação das autoridades competentes

Muzambinho/MG, 08 de junho de 2020.

Zélia Dias de Souza

Diretora de Administração e Planejamento

Renato Aparecido de Souza

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por:

- Renato Aparecido de Souza, DIRETOR GERAL - MUZ, em 08/06/2020 11:05:21.
- Zélia Dias de Souza, DIRETOR - MUZ - MUZ-DAP, em 08/06/2020 10:52:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/06/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 67558
Código de Autenticação: e0f2a9fc47

